

## DEMOCRATA FUTEBOL CLUBE, O INVISÍVEL, E AS CONTRADIÇÕES DA COMODIFICAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO

Ives Teixeira Souza 

**RESUMO:** O artigo busca perceber as contradições que emergiram da onda de comodificação do futebol brasileiro em 2020, no início da pandemia de Covid-19, a partir do Democrata Futebol Clube (MG). O corpus foi selecionado para permitir perceber as diferenças de sentido em relação às produções de portais jornalísticos com níveis de atuação local, regional e nacional. Para tanto, foram analisadas textualidades jornalísticas que dizem sobre a construção de estádio próprio, os débitos financeiros resultantes deste processo e o projeto de reestruturação do clube. Entre os resultados, a presença do estádio Arena do Jacaré como a solução para os problemas do Democrata, ainda que de modo insuficiente para remover o clube da condição de "invisível".

**PALAVRAS-CHAVE:** Democrata Futebol Clube. Comodificação. Textualidade.

### DEMOCRATA FUTEBOL CLUBE, THE INVISIBLE, AND THE CONTRADICTIONS OF THE COMMODIFICATION OF BRAZILIAN FOOTBALL

**ABSTRACT:** The article seeks to understand the contradictions that emerged from the wave of commodification of Brazilian football in 2020, at the beginning of the Covid-19 pandemic, from Democrata Futebol Clube (MG). The corpus was selected to allow to perceive the differences of meaning in relation to productions of journalistic portals with levels of local, regional and national action. For this, journalistic textualities that say about the construction of its own stadium, the financial debts resulting from this process and the project of restructuring the club were analyzed. Among the results, the presence of the Arena do Jacaré stadium as the solution to the problems of the Democrata, although in an insufficient way to remove the club from the condition of "invisible".

**KEYWORDS:** Democrata Futebol Clube. Modernization. Covid-19.

### DEMOCRATA FUTEBOL CLUBE, LO INVISIBLE Y LAS CONTRADICCIONES DE LA COMMODIFICACIÓN DEL FÚTBOL BRASILEÑO

**RESUMEN:** El artículo busca entender las contradicciones que surgieron de la ola de mercantilización del fútbol brasileño en 2020, al inicio de la pandemia Covid-19, a partir del Democrata Futebol Clube (MG). El corpus fue seleccionado para permitir percibir las diferencias de significado en relación a producciones de portales periodísticos con niveles de acción local, regional y nacional. Para ello, se analizaron textualidades periodísticas que dicen sobre la construcción de su propio estadio, las deudas financieras resultantes de este proceso y el proyecto de reestructuración del club. Entre los resultados, la presencia de la Arena do Jacaré como la solución a los problemas de lo Democrata, aunque de una manera insuficiente para eliminar el club de la condición de "invisible".

**PALABRAS CLAVE:** Democrata Futebol Clube. Modernization. Covid-19.

## **Introdução**

Este trabalho tece considerações sobre consequências do discurso neoliberal no futebol a partir do jornalismo sobre esportes. Para tanto, nossa atenção volta-se para os “clubes invisíveis”, ou seja, agremiações que, apesar de estarem no nível profissional, são economicamente periféricas no futebol brasileiro. Esses clubes têm relevância local, em suas cidades, porém não apresentam características que as fazem serem percebidas pelo sistema que rege o futebol brasileiro. A intenção é apresentar como os impactos da comodificação do futebol brasileiro podem agir nesses clubes. Diante disso, a análise parte do Democrata Futebol Clube (Sete Lagoas - Minas Gerais), associação esportiva que seguiu alguns dos compromissos firmados na cartilha da “modernização” do futebol profissional no Brasil, para apresentar as contradições desse movimento.

A crise da qual partiremos para construir este artigo é a paralisação de todos os campeonatos esportivos do país, na segunda metade de março de 2020, pelo distanciamento social imposto como medida de contenção da pandemia de Covid-19, doença infecciosa que naquele momento fazia a sua primeira vítima no Brasil. Ao se dizer representante dos clubes dessas divisões inferiores, a diretoria executiva do Democrata escreveu, em abril de 2020, uma carta aberta aos dirigentes das federações esportivas pedindo ajuda para a sobrevivência dos “invisíveis”, visto afirmava ser a pandemia de Covid-19 impedimento para a viabilidade desses clubes diante do modelo de organização do futebol brasileiro.

Se as dívidas dos grandes clubes brasileiros, que disputavam as principais competições do país, saltaram mais de 800 milhões de reais durante o primeiro ano da pandemia (GRAFIETTI, 2020), as dos clubes que disputaram competições estaduais, em divisões inferiores à

principal, possivelmente também foram ampliadas. Porém, isso não faz deles “invisíveis” apesar de, como sugere carta aberta escrita pelo Democrata, uma das principais fontes de receita para esses clubes era o valor do ingresso cobrado aos torcedores que foram proibidos de frequentarem os estádios.

Este artigo assume as críticas apresentadas por Fortes (2017) sobre as pesquisas no campo de Comunicação e Esporte — que envolvem a estruturação de um subcampo de estudo a partir do jornalismo em que são discutidos, aspectos econômicos e comerciais e o uso das literaturas jornalísticas e científicas, entre outros. E também entende o processo de comodificação do futebol brasileiro como textualidade (LEAL, 2018). Desse modo, é possível tecer teoricamente interações que permitem ser o Democrata exemplo sobre as relações que perpassam os clubes “invisíveis” do futebol brasileiro, não a partir de dinâmicas interacionais que envolvam as diretorias e jogadores contratados, mas a partir da exterioridade constitutiva do futebol brasileiro (RIBEIRO; MARTINS; ANTUNES, 2017).

A proposta foi fazer emergir, pela rede de textualidades construída na pesquisa, contradições do discurso do neoliberalismo do futebol a partir do Democrata até o fim de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19. Assim, entendemos ser esse um caminho teórico-metodológico fértil para futuras análises sobre outras agremiações com porte similar ao Democrata Futebol Clube.

No primeiro segmento do texto são apresentadas as textualidades em torno do Democrata, como elas são caracterizadas e os motivos que as levaram a ser escolhidas para análise. Em seguida, o processo de comodificação do futebol brasileiro até 2020 é discutido, para, na sequência, o Democrata ser inserido no movimento de análise. Na conclusão, além das limitações do presente estudo, são expressas indagações que podem nortear outros trabalhos que deem conta dos “clubes invisíveis”.

## **As textualidades em torno do Democrata**

Este trabalho parte de uma noção ampliada da perspectiva de “texto” enquanto “textualidade”. Como compreende Leal (2018), se uma noção anterior de texto o entende enquanto um todo homogêneo, verbal, fechado em si, a noção de texto a ser utilizada neste artigo pressupõe um texto enquanto formado por um conjunto maior de signos que compõem determinada ação comunicativa. Dessa maneira, o texto passa a ser parte de um processo mais amplo que o anterior “em si”, ele torna-se inerente em qualquer processo comunicativo, visto que passa a ser um modo de apreensão do social, a partir de seus sentidos de significação.

Leal (2018) destaca que,

Sendo processos comunicativos e pragmáticos, as textualidades desestabilizam as relações temporais e de sentido que definiriam a princípio os limites e os contornos dos textos. Afinal, um texto não é simplesmente um produto, um resultado final de uma prática sócio discursiva historicamente situada, mas algo que emerge em seu desenrolar, na multimodalidade e multidimensionalidade desses processos (LEAL, 2018, p. 23).

A noção de textualidade é o modo de acessar o processo da comunicação e diz respeito aos modos de investigar os textos, a essa captura do movimento dos textos em suas redes que o conformam. Portanto, a noção de textualidade possibilita apreender sobre as contradições, as disputas, as relações temporais. Assim, entender a comodificação do futebol brasileiro enquanto capaz de ser textualizado possibilita a apreensão de uma processualidade em aberto, que se dá a partir da inserção do pesquisador nas redes textuais que compõem o fenômeno. Afinal, o texto não está dado, é construído nas relações de escolha de quem pesquisa, que atua como um agente dessa textualidade. Mas, ao mesmo tempo, em que age sobre esse texto, há uma dupla ação de conhecimento dada pela experiência — a experiência proporcionada pelo texto, enquanto uma prática discursiva social e historicamente situada.

Dessa maneira, o processo de comodificação vivenciado pelo Democrata passa a ser um modo de apreensão do social pelos seus sentidos de significação. Ressalta-se, com isso, que afirmar ser um clube invisível exige o complemento: invisível para quem e com quais intenções? Não é invisível para seu torcedor, mas pode ser invisível para as federações esportivas e o jornalismo sobre esporte quando tal ação é conveniente. Não é invisível, por exemplo, para os pagamentos das taxas esportivas, mas é quando o clube divulgou uma carta aberta clamando por auxílio. É invisível por certo jornalismo profissional a nível nacional e estadual, que ignora as disputas do clube nas divisões inferiores do Campeonato Mineiro, mas que assim faz quando o clube parece querer pressionar as federações esportivas — o que pode ser constatado pela ampla repercussão midiática da carta aberta.

A partir desse entendimento, partiremos para a análise de textualidades jornalísticas sobre o Democrata Futebol Clube que dizem sobre a construção de seu estádio, os débitos financeiros resultantes desse processo e o projeto de reestruturação do clube. A escolha por jornalísticas é a partir de Delaney e Eckstein (2008), que mostram como o jornalismo tem importância destacada sobre o projeto de implantação e de uso de estádios em cidades dos Estados Unidos da América, a ponto de, a depender da cidade, invisibilizar suas construções.

As textualidades jornalísticas foram selecionadas com base na posição oficial do clube, como a Revista do Cinquentenário do clube e as entrevistas concedidas para mídias jornalísticas pelo atual presidente Renato Paiva, e ao ter como objetivo a busca por perceber a produção de sentido presente no jornalismo esportivo praticado sobre o Democrata. Para tanto, foram selecionados textos dos portais jornalísticos “Portal Sete”, “Setelagoas.com.br” e “Blog do Chico Maia”; “O Tempo”, “Globo Esporte MG” e “Hoje em dia”; “El País Brasil” e “UOL”. A escolha por analisar essas mídias permitiu buscar as diferenças e recorrências de sentidos e interpretações em relação a portais com atuação de referência local, estadual e nacional, respectivamente.

## **A comodificação do futebol brasileiro**

Para entender esse processo do futebol brasileiro, que alguns grupos torcedores chamam de “futebol moderno” (LOPES & HOLLANDA, 2018), é preciso colocar o panorama brasileiro numa perspectiva europeia sobre a temática. O futebol, para se tornar um esporte moderno, como recupera Dunning (2014), possui traços semelhantes comuns aos esportes praticados na Grécia e Roma antigas e no período feudal, em uma espécie de linearidade temporal do desenvolvimento das práticas de esporte: das práticas violentas aos torneios pouco violentos.

Estudos recentes, como o desenvolvimento por Lopes & Hollanda (2018) ainda demonstram essa linearidade temporal, apesar de apresentar alguns conflitos que acontecem em torno de determinadas culturas torcedoras que se afirmam contra o “futebol moderno” e reconhecer temporalidades distintas entre a Europa e o Brasil. Em contraponto, a fim de explorar as múltiplas temporalidades do processo que conforma o atual futebol brasileiro, Vimieiro et al. (2019) apresentam quatro aspectos que permitem olhar para as contradições desse processo, entendido como híbrido: mudança nas regras dos campeonatos, na legislação esportiva, na arquitetura e administração de estádios e na distribuição de receitas dos clubes pelas transmissões televisivas. Mas, como dito, Vimieiro et al. (2019) alertam para o que

nos parece ser fundamental que entendamos que a existência dos processos de comodificação (e outros que dialogam com eles) não significa que todas as relações do futebol passam a ser moldadas completamente pela lógica de mercado e que nem todos os planos “diabólicos” das elites do setor se desdobram exatamente como estas esperam. (VIMIEIRO et al., 2019, p.7).

Desse modo, as autoras entendem que o futebol brasileiro passou por “ondas de comodificação”, como, por exemplo, ao exigir a cobrança de ingresso de torcedores, o que aconteceu em Belo Horizonte, por

exemplo, nos anos 1910 (SOUZA NETO, 2017), a profissionalização do futebol nos anos 1930 e uma onda após a redemocratização do país a partir de meados dos anos 1980, exemplificada pela presença da marca do patrocinador nas camisas dos clubes, pela criação do Clube dos 13 e pela formulação de legislações importantes para o setor, como a Lei Zico (BRASIL, 1993) e a Lei Pelé (BRASIL, 1998).

A principal legislação do país, a Constituição Federal, modificou profundamente a legislação sobre o futebol brasileiro. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 217, criou os parâmetros contraditórios para esse modelo neoliberal. Ao estabelecer ser dever do Estado o fomento de práticas desportivas formais, inclusive para destinar recursos públicos para a promoção de atividade esportiva educacional e de alto rendimento, a legislação também definiu que as entidades e associações desportivas apresentam organização e funcionamento autônomos (BRASIL, 1988).

Logo em seguida, nos anos 1990, foi modificada a legislação de 1976, conhecida como Lei do Passe, que dispunha sobre as relações de trabalho entre os clubes e os jogadores. O passe era o valor devido por um clube a outro clube que liberava um atleta durante ou após o fim do contrato. O jogador deveria receber no mínimo 15% desse valor (BRASIL, 1976). Com a lei, o jogador pertencia ao clube e não poderia jogar em outro, mesmo após o término do contrato, se o clube anterior não autorizasse.

Como destacam Vimieiro et al. (2019), essa relação que se dava apenas entre os clubes, com a participação mínima dos jogadores, foi bruscamente alterada, como dito, na década de 1990.

O passe, no contexto brasileiro, tinha um efeito similar aos sistemas de transferência e retenção da Inglaterra (cf. King, 1995, para mais detalhes) e a sua extinção com a Lei Pelé em 1998 implicou, entre outras coisas, em: uma maior flexibilização das relações de trabalho de jogadores, que agora podem se transferir para outros clubes com mais facilidade; um aumento dos investimentos de agentes externos nas negociações de atletas; e numa busca necessária por outras fontes de receita. Assim como na

Inglaterra, o passe foi substituído por um sistema de multas compensatórias. (VIMIEIRO et al, 2019, p.15)

Assim, a atual onda pela qual passou o futebol brasileiro até o momento da pandemia de Covid-19, segundo as autoras, foi iniciada em 2003, com a última alteração significativa nas regras do Campeonato Brasileiro de Futebol e com a promulgação do Estatuto do Torcedor (BRASIL, 2003). Entre outras marcas desta onda estão a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as alterações nas vendas dos direitos de transmissão de jogos para além dos canais de televisão, como para os canais de streaming, o que alterou as receitas dos clubes. Mas essas mudanças, elas realçam, não são uniformes para todos os clubes de futebol. “Esses processos são responsáveis pela inserção de características que vemos como modernas na organização cultural do futebol, porém o setor não abandona completamente práticas que entendemos como tradicionais ou arcaicas” (VIMIEIRO et al., 2019, p.13), visto que essas ondas podem se misturar e, com isso, gerar outros conflitos.

Um exemplo desses conflitos pode ser entendido a partir do Programa de Modernização da Gestão e Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). O Profut, estabelecido por lei assinada pela presidente Dilma Rousseff (PT) em 2015, diz respeito a outro critério apontado por Vimieiro et al. (2019) sobre o atual momento: as alterações nas legislações em torno do esporte. Como explicam Matias & Mascarenhas (2018), essa legislação foi uma continuidade das anteriores, como as mencionadas Lei Zico, Lei Pelé e o Estatuto do Torcedor, que tratam de dar uma estrutura neoliberal ao futebol brasileiro. Ao refinar as dívidas dos clubes esportivos, desde que seguidas determinadas regras de gestão temerária dos clubes, a norma não foi entendida enquanto um consenso pelos diversos atores envolvidos com o futebol (MATIAS & MASCARENHAS, 2018). Das 20 equipes da série A do futebol brasileiro naquele ano de 2015, apenas três refinanciaram suas dívidas.

Como destacam os autores, a perspectiva neoliberal esteve presente ao longo das discussões sobre a legislação:

Quanto ao Estado, registra-se que ao procurar adequar o modelo organizacional do futebol nacional as experiências europeias e do setor empresarial, fica claro que o interesse governamental é continuar modernizando via mercado esse segmento e garantir que os clubes, sobretudo, as grandes equipes, possuam condições de competir no mercado nacional e quiçá internacional (MATIAS & MASCARENHAS, 2018, p. 207)

Não à toa, o Profut esteve em discussão no legislativo e no executivo em um momento em que o governo Dilma Rousseff adotou políticas econômicas voltadas ao mercado neoliberal, em uma das tentativas para não sofrer o processo de impeachment. Mas tanto a norma não foi um consenso entre os diversos atores que a compuseram que, em outubro de 2020, aspectos específicos da dívida dos clubes com a União foram alterados em lei sancionada pelo então presidente da República Jair Bolsonaro.

Apesar de vetar a possibilidade de reabertura de participação no Profut de clubes retirados do programa por não pagamento das dívidas financiadas, como nos casos de Botafogo, Cruzeiro, Corinthians, São Paulo, a legislação estabeleceu a possibilidade de o clube fazer uma operação financeira na Caixa Econômica Federal para pagar totalmente o valor do débito com a União. O pagamento do empréstimo pode ser negociado com um amplo desconto de até 70% e também com os valores arrecadados pelo clube com a loteria esportiva, como a Timemania.

As contradições desse processo ficam ainda mais evidenciadas quando o Cruzeiro Esporte Clube, de Belo Horizonte, instituição esportiva mais endividada do país (GRAFIIETTI, 2020), após a sanção dessa norma recente e de ser retirado do Profut por não cumprir os critérios estabelecidos, valeu-se de outra legislação, a Lei do Contribuinte Nacional, sancionada em abril de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro, para equalizar suas dívidas com a União (PGFN, 2020).

A transação tributária permitida por essa legislação fez com que o Cruzeiro renegociasse as dívidas para um pagamento parcelado mensalmente por 12 anos, além de ter obtido um desconto de mais de R\$ 152 milhões, quase metade do valor, que chegava aos R\$ 332 milhões. O departamento jurídico do clube analisou que, enquanto o desconto do Profut seria de até 22% da dívida ativa com a União, a da transação tributária possibilitou 45% de desconto. Como ressaltado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional outros clubes deveriam seguir o exemplo do clube de Belo Horizonte (CRUZEIRO, 2020).

Outro aspecto apontado por Vimieiro et al. (2019) é a possibilidade de receita financeira pelos clubes com as transmissões esportivas. Com várias mudanças ao longo dos últimos anos, envolvendo grandes conglomerados midiáticos, como o Grupo Globo, a Turner e serviços de streaming. Também com forte atuação política, vigorou entre 18 de junho e 18 de outubro de 2020, visto que não foi colocada em votação no Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 984/2020 (MP do Mandante), editada pelo presidente da República, que deu ao clube mandante da partida o direito de “negociar, autorizar ou proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, do espetáculo desportivo” (BRASIL, 2020).

Imersos nessas contradições do futebol também estão os “clubes invisíveis”, como o Democrata, que acreditam ser a entrada na atual onda de comodificação a solução para os problemas, mas que podem gerar ainda mais desigualdades em relação aos “grandes”. Em busca desses conflitos, dessas fissuras, vamos rastrear os aspectos apontados por Vimieiro et al (2019) que emergem das práticas e do discurso dos dirigentes do Jacaré. Para tanto, partimos de textualidades jornalísticas do “Portal Sete”, “Blog do Chico Maia”, “Setelagoas.com.br”, “O Tempo”, “Hoje em dia”, “Globo Esporte MG”, “El País Brasil” e “UOL”.

## **Democrata e as contradições invisíveis**

Instituição centenária, fundada em 1914 na cidade de Sete Lagoas, situada na região central de Minas Gerais, o Democrata Futebol Clube, conhecido também como Jacaré ou Democrata de Sete Lagoas, teve seus tempos áureos nas décadas de 1950 e 1960, quando foi, por três vezes, vice-campeão mineiro de futebol masculino. Como destaca Vieira (1964) na Revista do Cinquentenário, após a entrada da equipe no profissionalismo, o que aconteceu no campeonato estadual de 1954, “o grêmio perdeu as características de simples quadro de futebol para se tornar um legítimo repositório de conquistas sociais da maior expressão e envergadura”. (VIEIRA, 1964, p.5).

Após idas e vindas entre as divisões de futebol profissional do estado e tempos de inatividade, desde 2017, após um ano parado, o clube voltou a competir profissionalmente. Naquele ano, participou da segunda divisão do Campeonato Mineiro, quando se classificou para a disputa do módulo II da primeira divisão do torneio, ao ser vice-campeão, com 69% de aproveitamento. Desde então, compete anualmente, em apenas seis meses do ano, o módulo II, ocupando posições intermediárias na classificação final do campeonato.

Três semanas após a paralisação, decorrente do início da pandemia de Covid-19 no Brasil, do módulo II do Campeonato Mineiro de Futebol de 2020, o Democrata publicou em suas contas nas plataformas de mídias sociais Facebook, Twitter e Instagram um pedido de socorro em forma de carta. Assinada pelo então diretor-executivo do clube, Renato Paiva, a carta aberta direcionada aos presidentes da Federação Mineira de Futebol (FMF), da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Federação Internacional de Futebol (FIFA) - entidades cujo clube é afiliado - afirmou que a paralisação dos campeonatos pela Covid-19 escancarou a realidade do futebol brasileiro. Entendido por ele como formado, em ampla maioria, por “clubes invisíveis” utilizados pelo esporte apenas para revelar jogadores gratuitamente aos “clubes grandes” e nem contam, para isso, com o apoio das entidades esportivas para seguirem existindo (PAIVA, 2020).

Como exemplo, o diretor executivo do clube citou a cobrança do mesmo valor de taxas pelas federações tanto para os clubes com alta capacidade de receita quanto para os “invisíveis”.

Nosso fôlego acabou. O desequilíbrio financeiro gerado nas últimas décadas chegou ao seu limite. [...] Acreditamos que este é um recado de todos os ‘clubes invisíveis’. Nos ajudem! Não só com um apoio financeiro imediato, o que seria um antitérmico, mas com uma reestruturação do futebol que nos devolva a dignidade. (PAIVA, 2020, s/n).

Mas a questão dos “invisíveis” vai muito além da exemplificada pelo diretor do Jacaré. É quase outro futebol, distante do praticado na divisão de elite nacional, o que Pires (2015) definiu como “uma atividade que explora a troca de ilusões” (PIRES, 2015, p.41). Dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Bom Senso Futebol Clube, movimento formado por jogadores em prol da valorização dos direitos dos desportistas, apontaram que dos 20 mil jogadores profissionais no país em 2015, 15% estavam desempregados e apenas 3% ganhava mais de dois salários mínimos (a média salarial era de aproximadamente um salário mínimo e meio). No mesmo ano, dos 684 clubes profissionais no Brasil, 584 ficaram inativos por mais de um semestre por ano (PIRES, 2015).

São milhares de vidas que ficam distantes dos contratos milionários, dos carros importados, de todo um imaginário que envolve o futebol brasileiro e seus jogadores. Foi por representar quase a totalidade do futebol que o grito do Democrata em forma de desabafo foi ouvido por alguns e reverberado por tantos outros. A imprensa esportiva nacional repercutiu a carta no mesmo dia da divulgação. Juca Kfourri (2020), do “UOL”, um dos blogueiros esportivos de maior audiência do país, chamou de “apelo desesperado que trata do óbvio” o pedido do Democrata por um calendário futebolístico que garanta um ano de atividades para os clubes “pequenos” e por um fundo capaz de atender os clubes formadores de jogadores. Breiller Pires (2020), no portal jornalístico El País Brasil, somou ao manifesto do Democrata as situações semelhantes de diversos outros clubes do país, como o Lagarto, de Sergipe, e o Esportivo, do Rio Grande

do Sul. Como demonstrou o autor, o desespero não foi apenas por parte do clube mineiro. Pelo contrário, a preocupação afetou clubes localizados nas mais variadas regiões do Brasil (PIRES, 2020). Por isso, é preciso entender o processo que faz esses clubes serem invisíveis não enquanto um texto isolado, mas como exterioridades constitutivas (RIBEIRO; MARTINS; ANTUNES, 2017) inseridas em redes textuais e sustentada por práticas discursivas em volta do processo de neoliberação do futebol brasileiro.

Esse movimento de mercantilização do futebol democratense pode ser remetido aos anos 1980. Como conta Moreira (2016), em 1982 foi permitido aos clubes a publicidade em seus uniformes.

Primeiro clube a se beneficiar com a baixa dessa resolução que permitia a exposição de publicidade no uniforme foi o Democrata de Sete Lagoas, recém-promovido à primeira divisão do campeonato mineiro, fechou um contrato de Cr\$ 500 em material esportivo para os jogadores fornecido pelo próprio patrocinador Equipe uma marca mineira de material esportivo. E segundo a análise do presidente do Democrata, Geraldo Negocinho, quem mais se beneficiaria com o patrocínio seriam os próprios jogadores que a partir de então receberiam os salários em dia (MOREIRA, 2016, p.184).

Esse viés colaborativo neoliberal se aparentemente foi benéfico para os clubes, ao terem a possibilidade de explorarem a visibilidade do amplo mercado brasileiro voltado ao futebol, viu ao longo das décadas seguintes uma profunda exploração da formação dos atletas pelos clubes de futebol, sem rendimento financeiro satisfatório. Os clubes ficaram à mercê dos empresários voltados para a compra e venda de jogadores de futebol. (RODRIGUES, 2007). Na carta aberta, a diretoria executiva do Democrata expôs a fragilidade atual dos clubes formadores:

os “invisíveis”, que antes formavam jogadores e os vendiam, desde o fim da “lei do passe” formam para que clubes maiores e agentes venham e os levem gratuitamente. O custo de formação continuou com os “invisíveis”, mas a receita nos foi usurpada, sem que fosse feito um fundo que permitisse que estes clubes fossem mantidos vivos. (PAIVA, 2020, s/n).

Essa prática de formação e venda de jogadores foi pensada, como dito anteriormente, sob um discurso neoliberal, nos anos 1990. É interessante perceber que, apesar de entender a lei como desvantajosa para o Democrata, as possíveis soluções para o problema externadas pela carta dizem de um processo também pensado a partir dessa lógica. A proposta da diretoria executiva foi fazer avançar sobre os clubes “invisíveis” a solução neoliberal, que o Democrata parece entender que foi benéfica para os “grandes”, ao terem mais partidas e, conseqüentemente, mais oportunidades de exibição de patrocínios. O Democrata, por exemplo, conforme o calendário e o regulamento do módulo II do Campeonato Mineiro, somente disputa partidas no primeiro semestre de cada ano - mínimo de 11 e máximo de 17 jogos (FMF, 2020).

Nem mesmo um calendário digno foi pensando para que as atividades deles percorressem o ano todo. Muito menos foram tentados patrocínios coletivos para auxílio em material esportivo, transporte e outras despesas cotidianas. Por que não trazer patrocinadores para os campeonatos menos interessantes para a mídia e, em troca, colocar anúncios destes patrocinadores nos campeonatos de maior audiência? Não seria uma justa troca? Afinal, somos nós a base do futebol brasileiro. (PAIVA, 2020, s/n).

Mas essa lógica de aprofundamento do clube nesse processo remete à década de 2000, quando o Democrata “foi com tudo” na busca para deixar de ser um invisível, no que Vimieiro et al. (2019) entendem como o início da atual onda de comodificação. Após mais de seis anos sem participar de competições profissionais, o Democrata foi vice-campeão mineiro da 3ª divisão em 2003. No ano seguinte, foi vice-campeão do campeonato mineiro da 2ª divisão. Para não parar de competir e voltar para a primeira divisão, a solução desejada para o clube foi construir um novo estádio.

Em 2005, o clube vendeu para uma rede de supermercados o seu estádio José Duarte de Paiva — nome do prefeito que fez a doação do terreno do município para o clube. Tradicional local de prática esportiva pelos democratenses desde os anos iniciais de fundação do Democrata, o Duarte de Paiva foi erguido lentamente até se transformar em um estádio

propício para a prática de futebol profissional, com vestiários, cabines de imprensa e iluminação noturna, como estava no ano em que foi vendido. Como conta Lanza (1964), na Revista do Cinquentenário, os membros do clube transformaram um descampado, localizado na região então conhecida como Garimpo, em um local de prática esportiva. “Era um divertimento e uma gostosura mesmo, ver a Diretoria agarrada na enxada, na picareta, no enxadão e na pá para dar ao campo condição de jogo” (LANZA, 1964, p.2).

A última partida no estádio, localizado na região central de Sete Lagoas, aconteceu em 30 de novembro de 2005 pelo quadrangular final da Taça Minas Gerais quando o Democrata venceu a Caldense, equipe da cidade de Poços de Caldas, situada na região sul de Minas, e conquistou o terceiro lugar do campeonato. A competição regional era disputada pelas equipes da principal divisão do Campeonato Mineiro, que tinha como premiação vaga para a competição nacional Copa do Brasil. Dois meses depois foi inaugurado o estádio Joaquim Henrique Nogueira, a Arena do Jacaré, na região sul da cidade, quando o Democrata venceu o Atlético Mineiro por 3 a 0, pela primeira divisão do Campeonato Mineiro de futebol.

Como informou Nogueira (2019), em “O Tempo”, o Governo de Minas Gerais, em 2009, decidiu reformar o estádio para receber os jogos das equipes de Belo Horizonte durante a reforma dos estádios Mineirão e Independência. Com custos em torno de 16 milhões de reais, o estádio, com capacidade para pouco mais de 20 mil torcedores, que ficaria em comodato pelo Estado por 10 anos e quatro meses, recebeu diversas partidas nacionais e internacionais dos clubes mineiros. Além disso, foi local de treinos da seleção do Uruguai durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014 (NOGUEIRA, 2019).

Essa tentativa de fazer o Democrata entrar nesse processo de comodificação do futebol brasileiro, com a construção de um estádio mais moderno, fez com que os débitos do clube alcançassem patamares elevados, o que culminou em vários leilões do patrimônio do clube. Em 2008, a sede social, na orla da principal lagoa da cidade, foi leiloada. Em

2012, o então único patrimônio do clube, a sede poliesportiva e centro de treinamento Recanto do Jacaré, foi colocado em leilão pela Justiça Trabalhista. A Arena do Jacaré só não foi leiloada no mesmo período, porque estava em comodato com o Governo do Estado, como explicou Junior (2019), no “Portal Sete”.

Com a extinção da autarquia Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais (ADEMG), em 2013, o comodato foi repassado do Estado para a Prefeitura de Sete Lagoas, que, posteriormente, dentro do prazo previsto em 2009 de dez anos, repassou a posse definitiva ao clube, informou Nogueira (2013) em “O Tempo”. Em 2019, os compradores do Recanto do Jacaré, leiloado em 2012, tomaram posse do patrimônio e o clube ficou sem sede até a data do fim do comodato da Arena, agora com a Prefeitura, que alegou não ter condições financeiras de manter um estádio como a Arena do Jacaré (NOGUEIRA, 2019), que foi entregue novamente para o clube, mas com uma série de problemas estruturais e um elevado custo de manutenção, entre 15 e 60 mil reais mensais (NOGUEIRA, 2019; PAIVA, 2019).

Esse movimento apresentou tantas fissuras que a mesma reforma da Arena pelo governo do Estado, colocada como primordial para elevar o Democrata a um novo patamar no futebol mineiro, não permitiu que alguns jogos do clube fossem realizados no próprio estádio criado com esse objetivo, conforme explicou Silva (2011), no portal Globo Esporte MG. Mas, apesar disso, durante essa década de comodato do estádio, o clube disputou a segunda divisão (de 2010 a 2013, em 2015 e 2017) e a primeira divisão (módulo II) do Campeonato Mineiro na Arena (em 2009, 2014 e de 2018 até 2022).

Entretanto, a gravidade da situação nesse período foi tamanha que, em 2016, o clube não conseguiu disputar nenhuma competição profissional. Quando voltou a competir, repercutiu no “Hoje em dia” a improvisação do técnico da equipe ao atuar como jogador (ANDRÉ, 2019) e a ausência de alimentação adequada para os jogadores e de pagamentos de salários, no portal local “Setelagoas.com.br” (VILAÇA, 2019).

Em outubro de 2019, iniciou-se o que foi chamado pela diretoria de “ressurreição sustentável” do Democrata Futebol Clube e a entrada do clube, de vez, na tentativa de voltar à divisão principal do Campeonato Mineiro por meio de sua inserção, de acordo com os dirigentes, em entrevista ao “Blog do Chico Maia”, na atual onda do futebol brasileiro (PAIVA, 2019).

Quando lançado o projeto de recuperação do Democrata, uma das principais soluções para os pagamentos das dívidas trabalhistas e tributárias era um grande plano de comunicação voltado a atrair o patrocínio das empresas da cidade para o projeto do “Novo Democrata” e a venda de produtos oficiais, a partir da criação de uma loja virtual com camisas, bonés, canetas, garrafas, e a formulação de um plano sóciotorcedor (PAIVA, 2019). Além, é claro, de atrair mais torcedores para a Arena em dias de jogos, o que aconteceu com a organização do evento Democrata Fan Fest — evento voltado para torcedores que contou com apresentações musicais e venda de bebidas alcoólicas e produtos alimentícios - nas partidas realizadas em Sete Lagoas antes do início da pandemia de Covid-19.

Do total da dívida do clube de seis milhões de reais, quando do início do projeto “Novo Democrata”, cerca de 1,4 milhão em débitos trabalhistas foi equacionado logo em seguida com a conclusão do leilão do Recanto. Restava, em 2019, a dívida de mais de R\$ 2,5 milhões de reais com a prefeitura de Sete Lagoas e cerca de R\$ 2 milhões em tributos federais, que o clube esperava negociar no Profut (PAIVA, 2019), quase nada, se comparado ao valor renegociado pelo Cruzeiro.

Como visto anteriormente, na carta aberta o Democrata cobrou atitudes por parte das federações de futebol para os problemas enfrentados pelos clubes “invisíveis” que se elevaram ainda mais em um contexto de paralisação dos campeonatos. Pouco antes de voltarem os jogos do Campeonato Mineiro do módulo II de 2020, a Federação Mineira de Futebol (FMF) idealizou a transmissão por streaming das partidas restantes. Sem a presença da torcida, que é uma das principais fontes de

renda dos clubes “invisíveis”, a transmissão possibilitou a exibição dos patrocínios a um público mais amplo. Porém, o alcance do público ainda foi limitado. Diferente dos clubes do módulo I, que receberam dinheiro pela transmissão, a FMF, a menos de duas semanas de recomeçar o campeonato paralisado, comunicou aos clubes do módulo II que transmitiria os jogos com exclusividade, por streaming próprio, mas sem qualquer ganho financeiro direto pelos clubes, a não ser pequenas inserções de patrocinadores durante a transmissão, mesmo com a MP do Mandante ainda em vigor.

O Democrata, por exemplo, em busca de viabilizar mais receitas financeiras, fechou parceria para as transmissões, com exibição em televisão aberta, fechada e pela conta do clube no YouTube, mas foi impedido pela exclusividade que a FMF dispunha, segundo as regras da competição, de autorizar a transmissão das partidas. Com isso, mais uma perda financeira para o clube, em meio a uma disputa de poder entre atores, como o Democrata e a FMF, que adotam a perspectiva neoliberal de comodificação do futebol como solução, mas que sofrem consequências diversas diante das contradições desse processo.

### **Considerações finais**

A tentativa deste trabalho de habitar as fissuras da comodificação do futebol brasileiro, ainda mais em um momento em que a pandemia de Covid-19 pareceu desconstruir as possibilidades de temporalidades futuras, foi fundamental para fazer ver outras faces das desigualdades que dominam o futebol brasileiro, composto quase em sua totalidade pelo que aqui chamamos de “clubes invisíveis”.

Apesar de tanto ter contribuído para a falência dos clubes de futebol, esse é o mesmo discurso que aventou as soluções para o futebol brasileiro, como o pedido de perdão de dívidas com a União em troca de promessas de gestões eficientes. Mas essa contradição não parece ser assim tão evidente para os atores sociais que compõem a trama do futebol brasileiro.

Em um momento de crise, em que absolutamente todos os clubes foram afetados, em graus diferentes, é claro, as fissuras desse processo neoliberal emergiram nas textualidades provisórias que compuseram o tecido do futebol.

As textualidades do Democrata possibilitaram avançar ainda mais nas contradições que envolvem os clubes de futebol. O Democrata Futebol Clube, utilizado como exemplo pela imprensa esportiva nacional (UOL e El País Brasil), possibilitou a imersão nas distintas temporalidades que compõem o futebol brasileiro. Se o estádio era a salvação no início da atual onda de comodificação, apesar dos débitos que surgiram após a construção, inclusive para manutenção, é a Arena do Jacaré, ainda, a estrela principal do discurso dos atuais dirigentes do clube e da imprensa esportiva, uma vez que é o único patrimônio material do clube que restou e pelo fato dos dirigentes ainda entenderem o neoliberalismo como a solução capaz de fazer o Democrata ser visível a partir do uso do estádio, conforme percebido na análise das textualidades jornalísticas.

Outra prática do processo de comodificação do Democrata que poderia ser textualizada jornalisticamente, mas não foi, diz respeito às transmissões esportivas e às compras e vendas dos jogadores. Quando, após um pedido de socorro, a FMF pareceu tentar auxiliar o clube, com a transmissão por streaming das partidas, o valor recebido pelo Democrata foi ínfimo, além de ter impedido a exibição própria, capaz de atrair patrocinadores. Essa foi uma das contradições apresentadas que mostraram que o tramar do Democrata em torno de sua presença no mercado do futebol ainda era insuficiente para tirar o clube da condição de “invisível”.

Ao fazer emergir essas práticas do clube envoltas em discursos contraditórios, embora talvez não sejam percebidos enquanto tal pelos dirigentes desses clubes, essa tentativa inicial de questionar o passado recente pelas textualidades é limitada, mas pode funcionar como um exercício para possíveis formulações de ações capazes de criar narrativas sobre outros clubes pelas fissuras dessas contradições. Não só sobre o

Democrata, como pode ser percebido pela presença do clube na divisão principal do Campeonato Mineiro em 2023 e o rebaixamento na mesma temporada, mas também por mudanças na legislação brasileira, feito a lei de 2021 que criou a Sociedade Anônima do Futebol (SAF) e, em 2023, a Lei Geral do Esporte. É possível, com isso, questionar o que faz com que os clubes sejam invisíveis quando o futebol deles pode ser uma SAF, e se não há nova onda de comodificação no futebol brasileiro. Respostas que podem ser sugeridas em trabalhos futuros que busquem compreender as temporalidades que regem o futebol.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Henrique. Herói do Democrata, treinador/atleta conquistou Copa Itatiaia e torneio master pelo Galo em 2019. *Hoje em dia*, Belo Horizonte, 7 abr. 2019. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/esportes/her%C3%B3i-do-democrata-treinador-atleta-conquistou-copa-itatiaia-e-torneio-master-pelo-galo-em-2019-1.705869>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. *Lei n. 6.354 de 2 de setembro de 1976*. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6354.htm#:~:text=Revogado%20pela%20Lei%20n%C2%BA%2012.395,futebol%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm#:~:text=Revogado%20pela%20Lei%20n%C2%BA%2012.395,futebol%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias). Acesso em: 17 dez. 2022.

BRASIL. *Lei nº 8.632 de 6 de julho de 1993*. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8672impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672impressao.htm). Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998*. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm). Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. *Lei n° 10.671 de 15 de maio de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.671.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.671.htm). Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. *Medida provisória 944/2020*. Dispõe sobre Direitos de transmissão e duração do contrato de trabalho de atletas durante a pandemia da covid-19. Presidência da República, 2020b. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/142594>. Acesso em: 17 dez. 2022.

CRUZEIRO Esporte Clube. *Dirigentes celebram acordo de renegociação das dívidas do clube com a União*. *Cruzeiro Esporte Clube*, Belo Horizonte, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.cruzeiro.com.br/noticia/show/18283/dirigentes-celebram-acordo-de-renegociacao-das-dividas-do-clube-com-a-uniao-pgfn-diz-que-cruzeiro-e-exemplo-para-os-demais>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DELANEY, Kevin; ECKSTEIN, Rick. Local Media Coverage of Sports Stadium Initiatives. *Journal of Sport and Social Issues*, pp.72-93. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0193723507311674> Acesso em: 9 jan. 2024.

DUNNING, Eric. *Sociologia do esporte e os processos civilizatórios*. São Paulo: Annablume, 2014.

FMF, Federação Mineira de Futebol. *Regulamento específico da competição Campeonato Mineiro 2020 módulo II*. 2020. Disponível em: [http://fmf.esumula.com.br/Arquivos/ArquivosCompeticao/1390/Arquivo\\_13902069.pdf](http://fmf.esumula.com.br/Arquivos/ArquivosCompeticao/1390/Arquivo_13902069.pdf). Acesso em: 17 dez. 2022.

FORTES, Rafael. Por um salto de qualidade nas pesquisas do esporte no campo da Comunicação e do Jornalismo. *Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo*, v. 4, p. 13-27, 2017.

GRAFIETTI, Cesar. *Análise Econômico-Financeira dos Clubes de Futebol Brasileiro. Demonstrações Financeiras de 2019*. São Paulo, 2020.

JUNIOR, Silva. Recanto do Jacaré em outras mãos. *Portal Sete*, Sete Lagoas, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://portalsete.com.br/?p=62685>. Acesso em: 18 dez. 2022.

KFOURI, Juca. O apelo desesperado do Democrata FC à CBF e à FIFA. *Blog do Juca Kfour*, São Paulo, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdojuca.uol.com.br/2020/04/o-apelo-desesperado-do-democrata-fc-a-cbf-e-a-fifa/> Acesso em: 19 dez. 2022.

LANZA, Jovelino. Querer é poder. *Revista 50 anos do Democrata Futebol Clube*. Sete Lagoas, p. 2, 1964.

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho; Geane Alzamora. (Org.). *Textualidades Midiáticas*. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2018, v. 1, p. 17-34.

LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de Hollanda. Ódio eterno ao futebol moderno: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo. *Tempo*. Niterói. v. 24, p. 206-232, 2018.

MATIAS, Wagner Barbosa, MASCARENHAS, Fernando. A constituição do programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro (PROFUT): atuação parlamentar e grupos de pressão. *Motrivivência*, v. 30, n. 56, p. 190-208, 2018.

MOREIRA, Jorge Fernando Albuquerque D´Amaral. As excursões futebolísticas segundo a Revista Placar 1970-1971 - Primeiras Reflexões. *Revista Vozes, Pretérito e Devir*, v.V n°1, p. 179-199, 2016.

NOGUEIRA, Thiago. Arena do Jacaré passa a ser gerida pela Prefeitura de Sete Lagoas. *O Tempo*, Belo Horizonte, 30 dez. 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/futebol/arena-do-jacare-passa-a-ser-gerida-pela-prefeitura-de-sete-lagoas-1.767165>. Acesso em: 15 out. 2020.

NOGUEIRA, Thiago. Arena do Jacaré volta ao Democrata; gramado e arquibancadas são problemas. *O Tempo*, Belo Horizonte, 19 out. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/futebol/arena-do-jacare-volta-ao-democrata-gramado-e-arquibancada-sao-problemas-1.2250970>. Acesso em: 18 dez. 2022.

PIRES, Breiller. Clubes sem divisão nacional temem falência por crise da covid-19. *El País Brasil*, São Paulo, 5 mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-05-05/clubes-de-futebol-sem-divisao-nacional-temem-falencia-por-crise-da-covid-19.html>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PIRES, Breiller. Escravos da bola. *Revista Placar*, São Paulo, março de 2015, p. 40-45. Disponível em: [https://issuu.com/breiller/docs/escravos\\_futebol\\_revista\\_placar](https://issuu.com/breiller/docs/escravos_futebol_revista_placar). Acesso em: 25 nov. 2022.

PAIVA, Renato. Não podemos perder tempo neste processo de reconstrução, temos que ser cirúrgicos. Entrevista à Luan Gabriel. *Blog do Chico Maia*, Sete Lagoas, 4 out. 2019. Disponível em: <http://blog.chicomaia.com.br/2019/10/04/arena-do-jacare-volta-ao-democrata-de-sete-lagoas-dia-17-e-clube-apresenta-projeto-de-ressurreicao-sustentavel/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PAIVA, Renato. Carta aberta à FMF, CBF e FIFA: Covid-19 como a última gota. 3 abril 2020. *Facebook:@Democratajacare*. Disponível em: [https://www.facebook.com/Democratajacare/?\\_\\_cft\\_\\_\[0\]=AZUPkfwGw1QugHYE59QpSR3zIAUaScvOLKNsaTIqIBxtcQdi8DMDukjwT90YsTRhv-fb6\\_tmQhtmu9iB8O-IZ7\\_q9YeWS8T2\\_oY5il9KfuLD9uVEVC9ryDmykqveZ78BXV5ufMRCbgEBeLDfS4yei2Qrjf1YRXvzxmiYvRVEuaZTn31IGBfQm\\_1D-jq3fJqvFOU&\\_\\_tn\\_\\_=-UC%2CP-R](https://www.facebook.com/Democratajacare/?__cft__[0]=AZUPkfwGw1QugHYE59QpSR3zIAUaScvOLKNsaTIqIBxtcQdi8DMDukjwT90YsTRhv-fb6_tmQhtmu9iB8O-IZ7_q9YeWS8T2_oY5il9KfuLD9uVEVC9ryDmykqveZ78BXV5ufMRCbgEBeLDfS4yei2Qrjf1YRXvzxmiYvRVEuaZTn31IGBfQm_1D-jq3fJqvFOU&__tn__=-UC%2CP-R). Acesso em: 12 out. 2020.

PGFN. PGFN e Cruzeiro Esporte Clube formalizam acordo de transação no valor de R\$ 334 milhões. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Brasília, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pgfn/pt-br/assuntos/noticias/pgfn-e-cruzeiro-esporte-clube-formalizam-acordo-de-transacao-no-valor-de-r-334-milhoes>. Acesso em: 21 nov. 2022.

RIBEIRO, Ana Paula.; MARTINS, Bruno; ANTUNES, Elton. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. Porto Alegre: *Revista Famecos*, 2017.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. *O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)*. 2007. 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Valeska. Brasil afora: Democrata de Sete Lagoas não consegue jogar em casa. *Globoesporte.com*, Belo Horizonte, 11 mai. 2011. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/mg/noticia/2011/05/brasil-afora-democrata-de-sete-lagoas-nao-consegue-jogar-em-casa.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SOUZA NETO, Georgino Jorge. *Do Prado ao Mineirão: a história dos estádios na capital inventada*. 2017. Tese. (Doutorado em Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

VIEIRA, Elói. O Cinquentão. *Revista 50 anos do Democrata Futebol Clube*. Sete Lagoas, p. 5, 1964.

VILAÇA, Álvaro. Democrata segue lutando no Campeonato Mineiro do Módulo II. *Setelagoas.com.br*, Sete Lagoas, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://setelagoas.com.br/sete-lagoas/colunistas/alvaro/52257->

coluna-alvaro-vilaca-tempo-esportivo-democrata-segue-lutando-no-campeonato-mineiro-do-modulo-ii. Acesso em: 25 nov. 2022.

VIMIEIRO, Ana Carolina.; QUEIRÓZ, Alice.; MALDINI, Giovana.; MARTINS, Maria Carolina. A economia cultural do futebol brasileiro no século XXI: comodificação, hibridez e contradições. *Recorde: Revista de História do Esporte*, 12(1), p.1-34, 2019.

Doutorando e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Jornalista e Relações Públicas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da mesma instituição. Belo Horizonte, Brasil. E-mail: ives@ufmg.br